

Sandro de Campos Magalhães tomou a palavra e na ocasião informou aos presentes que havia disponibilizado a Minuta da Política de Investimentos para o exercício de 2026. Destacou a importância da leitura do material deixando o Comitê de Investimentos a disposição dos Conselhos para esclarecimento de dúvidas e propostas de ajuste. Salientou que na próxima reunião ordinária realizaria apenas os ajustes finais e o material seria submetido para discussão e aprovação. Destarte os presentes confirmaram o recebimento da minuta para Leitura e propositura de eventuais alterações. Finalizando os trabalhos, a Diretora Executiva da Unidade Gestora do RPPS salientou a relevância do encontro para o aprimoramento técnico, o fortalecimento da governança e destacou a importância da transparência na condução dos investimentos do Instituto. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião é encerrada. Do que, para constar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.....

Antônio Cataneo Neto

Márcio Francisco de Deus

Sandro de Campos Magalhães

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DOS RECURSOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA – OLÍMPIA PREV, GESTÃO JULHO/2025 – JUNHO/2029, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS QUINZE HORAS.

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, na sede do OLÍMPIA PREV., sob a Presidência do Senhor **Sandro de Campos Magalhães**, Presidente do Comitê de Investimentos dos Recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de OlíMPIa – OLÍMPIA PREV e membros efetivos **Antônio Catâneo Neto** e **Márcio Francisco de Deus**,

realizou-se a quinta reunião ordinária do Comitê de Investimentos, da administração 2025/2029. Ao iniciar as exposições, o Presidente do Comitê de Investimentos destacou que realizaria naquela ocasião, a apresentação e discussão final da política de investimentos conforme convencionado na reunião anterior a partir da entrega do material que foi distribuído aos presentes do Comitê, demais Conselhos e Diretoria Executiva. Considerou realizar uma análise de cenário macro e ambiente doméstico mais objetiva, uma vez que a pauta principal seria tomada pelas discussões dos itens constantes na presente Política de Investimento. Destacou que as abordagens também tratariam dos movimentos financeiros do mês de outubro de 2025. Nesse contexto destacou que o mês apresentou o menor índice de inflação desde 1998, com percentual de 0,09% (nove centésimos por cento), desse modo o índice de inflação acumulado no exercício é de 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos por cento). Mesmo com a apresentação de um número mais comportado, a taxa de inflação que desacelerou de 5,17% (cinco inteiros e dezessete centésimos por cento) para 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), ainda fica acima do que é estabelecido pelo teto da meta de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento). Avaliou-se que, um dos itens que contribuíram de forma importante para desaceleração da inflação foi a queda de 2,39% (dois inteiros e trinta nove centésimos por cento) no grupo de habitação e no segmento de alimentação e bebidas, apurou-se também números que variaram até -2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento negativos), o que corrobora para uma avaliação mais profunda quanto à necessidade de manutenção da taxa SELIC em patamares elevados no próximo exercício. No ambiente macro, a cautela ainda se faz presente por conta do acompanhamento dos dados de emprego nos Estados Unidos, que tem apresentado números mais comportados um pouco na contramão das expectativas de mercado. O FED segue com a dinâmica de redução da taxa de juros, o que consequentemente deve trazer uma melhora nos investimentos de renda variável para as economias emergentes, considerando que a referida taxa de juros americana torna a renda fixa menos atraente por lá. Conforme publicação do Boletim Focus do dia 17/11/2025, as projeções do IPCA estão sendo reduzidas, onde partiram na última leitura de 4,55%

(quatro inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) para 4,46% (quatro inteiros e quarenta e seis centésimos por cento). Para o próximo exercício, a avaliação do mercado é de que encerre em 4,20% (quatro inteiros e vinte centésimos por cento). Em relação ao PIB, 2,16% (dois inteiros e dezesseis centésimos por cento) é o entendimento que se mantém consolidado nas últimas avaliações, já o dólar deve estar precificado em R\$ 5,40 (cinco reais e quarenta centésimos por cento) no final de 2025. Para o final de 2026 o que se espera é algo em torno de R\$ 5,50 (cinco reais e quarenta centavos). Em termos de Selic, não deve se observar novidade quanto ao encerramento deste exercício, com um patamar de 15% (quinze inteiros por cento), com projeções para o encerramento de 2026 em 12,25% (doze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento). Seguindo com as discussões, o Presidente do Comitê de Investimentos do OLÍMPIA PREV disponibilizou o relatório analítico de investimentos relativo ao mês de outubro. Nesse contexto, avaliou que os investimentos da unidade gestora no encerramento do respectivo mês, apresentou um saldo líquido aplicado de R\$ 235.761.570,83 (duzentos e trinta e cinco milhões, setecentos e sessenta e um mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e três centavos) todos devidamente enquadrados dentro dos parâmetros estabelecidos pela resolução 4963 quando avaliado diante a renda fixa, com índice abaixo do estabelecido na renda variável. Nos artigos 9º inciso I e 9º inciso II as exposições estavam em consonância ao estabelecido pela Política e pela própria Resolução. Ainda na condução dos trabalhos, foi discutido sobre o índice de rentabilidade apresentado pelos investimentos da Unidade Gestora. Nesse contexto, ressaltou que o RPPS já acumula no exercício, um retorno de R\$ 24.605.411,33 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinco mil, quatrocentos e onze reais e trinta e três centavos). Em relação ao mês ora tratado, a rentabilidade apresentou o melhor desempenho apurado no exercício, com o retorno de R\$ 2.953.634,93 (dois milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e três centavos). Em termos percentuais, o índice alcançou 1.27% (um inteiro e vinte e sete centésimos por cento). Quando comparado a carteira de investimentos do RPPS, em relação à rentabilidade, verifica-se que o desempenho foi de 11,60% (onze inteiros e sessenta centésimos por cento), enquanto a meta esperada era de

8,23% (oito inteiros e vinte três centésimos por cento). Desse modo, a carteira se consagra acima da meta atuarial. Os membros do Comitê, avaliaram as alocações e os fundos atrelados a CDI e LFT's, com participação total da carteira em 74,68% (setenta e quatro inteiros e sessenta e oito centésimos por cento). Essa posição estrategicamente oferta menos volatilidade aos ativos do RPPS e ainda assegura manutenção da rentabilidade frente a meta atuarial, uma vez que a taxa básica de juros se mantém em patamares elevados, com sinalização de queda para o primeiro semestre de 2026. O comitê já observa essa movimentação para construir estratégias observando as projeções. Em relação à distribuição dos ativos, verificou-se que o Banco do Brasil detém 36,13% (trinta e seis inteiros e treze centésimos por cento) da carteira, a Caixa Econômica Federal com 49,64% (quarenta e nove inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) o Bradesco com 12,72% (doze inteiros e setenta e dois centésimos por cento), Banco Santander com 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) e o Banco Itaú com participação de 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento). Foi destacado também, conforme discutido na reunião imediatamente anterior sobre a evolução do credenciamento tanto do administrador, gestor e custodiante da Sicredi início do processo de abertura de conta de relacionamento. O Presidente colocou em pauta junto aos membros do Comitê, que não se manifestaram de forma contrária, destarte que iniciaria as tratativas observando que tal procedimento não construía obrigações de futuros investimentos. Avaliou os presentes que o processo se consolidada a partir de uma criteriosa verificação da estrutura de gestão da instituição financeira e dos produtos ofertados, uma vez que foi constatado importante possibilidade de ganho já na redução da taxa de administração de ativos com estratégias semelhantes. Sobre a manutenção das locações, restou decidido a continuidade nos aportes aos ativos atrelados principalmente a taxa SELIC, em fundos com estratégias direcionadas 100% em títulos públicos considerando algumas incertezas em fundos de investimentos com grande exposição de crédito privado. Essa avaliação definiu pela continuidade dos aportes no fundo Bradesco. Os presentes na reunião do Comitê avaliaram o desempenho dos fundos de investimentos, optando pela manutenção da estratégia uma vez que as alocações nos respectivos produtos de investimentos,

tem apresentado de forma robusta um desempenho que assegura a obtenção da meta atuarial no exercício. Na sequência, o relatório de investimentos do mês de outubro foi colocado para discussão e aprovação. Não verificando manifestações contrárias dos membros presentes, o relatório de investimentos foi aprovado e seguiu para os demais Conselhos. Ainda na condução dos trabalhos o Presidente do Comitê de investimentos seguiu para uma breve apresentação para as discussões finais da política de investimentos para o exercício de 2026 e informou aos presentes que, conforme deliberado no último encontro extraordinário, foi disponibilizado o material referente à Política de Investimentos para análise prévia. Ressaltou que o Comitê e a Diretoria Executiva permaneceram à disposição para eventuais esclarecimentos e ajustes necessários. Nesse sentido, destacou que a Política de Investimentos constitui o instrumento orientador da estratégia de alocação dos recursos para o exercício subsequente. Na esteira, apresentou a estrutura de governança e a categorização do RPPS, esclarecendo que o OLÍMPIA PREV se enquadra como investidor comum com estrutura própria de gestão. Conta com instâncias de execução, deliberação e fiscalização, além do Comitê de Investimentos. Destacou, ainda, que a política prevê suporte de consultorias especializadas, tanto para diagnóstico de cenários quanto para avaliação técnica das decisões de alocação. Sublinhou que, diante da atual composição da carteira e das projeções de desempenho, foi formalmente solicitado ao atuário que indicasse a taxa de rentabilidade atuarial adequada, tendo sido reportado o índice de IPCA + 5,64% (cinco inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento). Procedeu-se também à contextualização do ambiente econômico, abordando as perspectivas internacionais e domésticas, com análise das projeções para os mercados de renda fixa e renda variável. A fundamentação técnica utilizou como referência o Boletim Focus de 17 de novembro de 2025, que aponta inflação projetada de 4,20% (quatro inteiros e vinte centésimos por cento) para o encerramento de 2026. Para o PIB, observou-se sinalização de desaceleração, o câmbio tende a encerrar o exercício na faixa de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos), enquanto a taxa SELIC, segundo estimativas de mercado, deve iniciar um ciclo de flexibilização no primeiro trimestre do exercício seguinte, encerrando 2026 em 12,25% (doze inteiros e vinte e

cinco centésimos por cento). No tocante às diretrizes de alocação, foram avaliados os segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários. Destacou-se também a relevância da diversificação internacional, bem como a análise preliminar acerca da viabilidade de operações de crédito consignado. Foi examinada a aderência das estratégias propostas aos limites prudenciais estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Identificaram-se, igualmente, às hipóteses de vedação à exposição, como operações compromissadas com lastro em títulos públicos, aquisição de ativos com risco elevado e ativos não registrados no SELIC, ressaltando-se a observância rigorosa aos critérios de segurança institucional. No âmbito da gestão de riscos, discutiram-se os vetores de risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional e risco legal, enfatizando a importância de mecanismos robustos de monitoramento e mitigação. Os membros do Comitê evidenciaram a relevância da contratação de um estudo de ALM, visando diagnosticar o comprometimento dos ativos da Unidade Gestora ao longo do horizonte temporal, ferramenta essencial para avaliar o percentual da carteira que pode permanecer alocado em títulos públicos marcados na curva. Foram apresentados também os critérios exigidos para credenciamento de instituições financeiras, abrangendo requisitos de validade, metodologias de precificação de ativos, qualidade e consistência das informações disponibilizadas pelos agentes financeiros, bem como a transparência e facilidade de acesso aos dados de rentabilidade. O Presidente do Comitê reiterou que a Política de Investimentos consolida as diretrizes estratégicas de aplicação dos recursos, ressaltando que se trata de um instrumento dinâmico, que deve refletir tempestivamente as alterações do mercado. Por fim, destacou-se a importância dos controles internos, da comunicação eficiente e da articulação entre o Comitê, o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo, garantindo plena governança no processo decisório de alocação de recursos. Na sequência a política de investimentos foi colocada para discussão final, e não verificando objeções, o documento estratégico de investimentos foi aprovado pelo Comitê. O Comitê discutiu e aprovou também sobre a apresentação junto ao Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva. Destarte ficou convencionado que seria

necessária a assinatura dos representantes de cada colegiado na Política de Investimentos. Na sequência, foi referendado os principais movimentos gerados a partir das APR's do mês de outubro e aprovação também através dos presentes, o relatório analítico de Investimentos. Não havendo mais assuntos a serem deliberados, os trabalhos foram encerrados. Do que, para constar foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.-.-.-.-

Antônio Cataneo Neto

Márcio Francisco de Deus

Sandro de Campos Magalhães
